

Vereadoras de Belém do Pará: indicadores quali-quanti sobre as eleitas entre 2000-2020*El Perfil de las Mujeres Concejales de Belém do Pará: un análisis sobre las elegidas entre 2000-2020**The Profile of Councilor Women from Belém: an analysis on those elected between 2000-2020***Tamires Lúcia Pinheiro****Rayza Sarmento****Maria Dolores Lima da Silva**

Resumo: Este trabalho apresenta as vereadoras eleitas na Câmara Municipal de Belém do Pará entre as eleições de 2000 e de 2020, objetivando identificar o quantitativo das mulheres nomeadas. A metodologia utilizada foi de pesquisa qualitativa, do tipo análise documental de documentos públicos, disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contendo os dados oficiais das eleições; e de materiais informativos jornalísticos, em que as fontes foram portais de notícias, redes sociais. Os dados foram coletados no mês de abril de 2021, de forma online. As análises resultaram na criação das categorias: Capital familiar; Capital político e *Outsiders*. Concluímos que o capital familiar está relacionado à trajetória das mulheres que fazem parte da história política do município de Belém, portanto, dispõe de um capital político; enquanto as *outsiders* e as que possuem capital familiar dispõe de outros aportes logísticos, como iniciar as carreiras políticas em movimentos sociais.

Palavras Chave: Vereadoras. Mulheres. Política. Trajetórias. Capital-político. Capital-familiar.

Resumen: Este trabajo presenta a las concejalas elegidas para el Ayuntamiento de Belém do Pará entre las elecciones de 2000 y 2020, con el objetivo de identificar el número de mujeres nombradas. La metodología utilizada fue una investigación cualitativa, del tipo de análisis documental de documentos públicos, disponibles en la página web del Tribunal Superior Electoral (TSE) que contienen los datos oficiales de las elecciones; y de materiales informativos periodísticos, en los que las fuentes fueron portales de noticias y redes sociales. Los datos se recogieron en abril de 2021, en línea. Los análisis condujeron a la creación de las categorías: capital familiar, capital político y externo. Concluimos que el capital familiar está relacionado con la trayectoria de las mujeres que forman parte de la historia política de la ciudad de Belém, por lo que tienen capital político; mientras que las foráneas y las que tienen capital familiar tienen otras contribuciones logísticas, como el inicio de carreras políticas en movimientos sociales.

Palabras Claves: Concejales. Mujeres. Política. Trayectorias. Capital política. Capital familiar.

Abstract: This paper presents the councilwomen elected in the City Council of Belém do Pará between the elections of 2000 and 2020, aiming to identify the number of women appointed. The methodology used was qualitative research, of the documental analysis type, of public documents available on the website of the Brazilian Superior Electoral Court (TSE) showing the official data of the elections; and also journalistic informative materials, news portals and social networks were the main sources. The data were collected online on April 2021. The analysis resulted in the creation of the following categories: family capital, political capital, and outsiders. As conclusion is that family capital is related to the trajectory of women who are part of the political history of Belém city, therefore they have political capital; while outsiders and those who have family capital have other logistical contributions, such as starting political careers in social movements.

Key-words: Councilwomen. Women. Politics. Trajectories. Political-capital. Family-capital.

Tamires Lúcia Pinheiro – Mestranda do Programa de Pós graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. E-mail: tamireslpinheiro@gmail.com

Rayza Sarmento – Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, onde coordena o do Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rayzasarmento@ufpa.br

Maria Dolores Lima da Silva – Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. E-mail: mdls@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Em abril de 2021, a ex-senadora brasileira e premiada ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, mulher negra e nortista, falou em sua rede social sobre ser recorrentemente chamada de “Marina sumida”. Ela relatou que, por mais que participe de eventos, construa política partidária, esteja constantemente se posicionando e debatendo política nas suas plataformas digitais, ainda assim, quando se posiciona sobre algo de maior visibilidade, as manchetes de jornais tratam sua manifestação sobre a suposta “quebra de um longo silêncio”. Marina questionou qual seria este silêncio. Expôs o, intencional ou não, processo de abafamento de sua voz e o apagamento de sua história, entendendo-o como um marco na invisibilização da sua e de tantas outras trajetórias de mulheres na política brasileira.

A história da arena política brasileira tem sido escrita a partir de uma cultura política excludente com as minorias políticas que nela estão inseridas. Este trabalho se apresenta como mais um passo para documentar as trajetórias das vereadoras eleitas na Câmara Municipal de Belém do Pará e como um convite para aprofundar a análise das potências políticas femininas na capital paraense.

A pergunta que move esta pesquisa é: **Quais os perfis das mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Belém e como ocorrem as formas de ingresso na carreira política das mesmas?** O objetivo da análise é identificar os perfis das mulheres com sucesso eleitoral, categoria medida a partir da conquista de uma cadeira na câmara de vereadores em primeiro turno, no cargo de vereadoras em Belém no período de 2000 a 2020. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, cujas informações foram obtidas através de portais de notícias, de redes sociais e, também, apoia-se em dados quantitativos obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A coleta dos dados ocorreu no mês de abril de 2021, de forma online.

Nas próximas seções, desenvolvemos a análise, tratando, inicialmente, na primeira e segunda sessões da discussão acadêmica acerca do tema de representação e presença política. Na terceira seção, apresentamos dados eleitorais sobre as vereadoras eleitas entre os anos propostos para a análise e a metodologia utilizada para o levantamento de informações sobre suas trajetórias. Na quarta, damos continuidade à discussão, apresentando dados quantitativos da cidadania política feminina em Belém do Pará e as desigualdades enfrentadas por essas mulheres no âmbito eleitoral, com o não cumprimento da legislação de cotas e sobre o quadro das candidaturas e dos partidos políticos. Na quinta, nos debruçamos sobre os dados qualitativos e analisamos os perfis das vereadoras eleitas na capital paraense, agrupando-as nas categorias analíticas que propomos.

1. Mulheres e o Campo Político

A discrepância entre os dados demográficos e a composição das câmaras federais, estaduais e municipais brasileiras é facilmente percebida e, mais facilmente ainda, naturalizada. Na média nacional, segundo o TSE, em 2018, a Câmara Federal foi composta por 15,01% de mulheres e 84,99% de homens, as câmaras estaduais foram compostas em média por 15,36% de mulheres e 84,64% de homens, e as câmaras municipais, em 2020, por 16,01% de mulheres e 83,99% de homens, sendo um eleitorado 52,5% feminino e 47,5% masculino. Este é o melhor patamar atingido, quando comparado às eleições anteriores.

Estes dados levantam a discussão sobre a resultante construção de nosso projeto-nação: feita pelas mãos excludentes de uma elite colonial e escravocrata. A cidadania brasileira é racializada e a

“super-cidadania” é masculina (GUIMARÃES, 2012). Sendo assim, a estrutura do Estado brasileiro e as microsferas de poder reproduzem e são reproduzidas sob as óticas sexistas e racistas [sob o pano] do discurso liberal universalizante.

As contribuições da teoria política feminista são importantes para pensar este cenário. Anne Phillips (2001) discute os prós e os contras de uma política de ideias, centrada na representação das demandas e deliberações dos grupos marginalizados, e da política de presença, centrada na representação dos corpos desses grupos na arena política. A política de ideias parte do princípio de que esta seria uma questão de julgamento e debate. Os representantes eleitos deveriam, puramente, ter o dever de apresentar e defender projetos que sejam do interesse dos que depositaram nele confiança. A ênfase destas candidaturas se expressaria mais *para o quê* eles trabalhariam do que *quem* seria o representante. O compromisso com o projeto se explicitaria na prestação de contas com o eleitorado, recaindo sobre ele a maior responsabilização sobre suas atividades parlamentares. A qualidade dessa dinâmica seria dependente de mecanismos firmes de prestação de contas, que garantam a coerência entre as ações e promessas de campanha.

Um filtro importante para marcar a posição destes são os partidos políticos, capazes de colocar em blocos ideológicos os seus candidatos e projetos. Porém, Phillips alega que:

Escolher representantes com base em suas crenças e opiniões (ou, mais estritamente, no partido que representam) é visto muitas vezes como algo que produz uma mera fachada de discussão séria, atrás da qual as pessoas com dinheiro ou acesso à mídia garantem que serão reeleitas. (PHILLIPS, 2001. p, 270)

Outra problematização relevante dessa política de ideias se dá no campo estrutural das sociedades que a adotam. O problema da exclusão política não é completamente contemplado e acaba se passando por um discurso liberal que dissimula as dificuldades estruturantes de grupos marginalizados de entrarem nesses espaços de poder decisório.

Já a política de presença nasce da demanda de um sentimento de exclusão comum aos grupos chamados “minorias políticas”. A premissa de representação de ideias não leva em conta a construção de um imaginário social, a partir da estrutura de hierarquias que se refletem nos espaços de poder, que privilegia determinados corpos. Sobretudo na arena política, quando, muitas vezes, o que está em pauta é a legitimidade de quem fala. Contudo, uma política puramente de presença tende a uma representatividade incapaz de englobar as multi-identidades de grupos excluídos que estão muito além e são muito mais complexas do que a existência presumida de tipo ideal de mulher, negro, pessoa com deficiência e etc. Se as opressões são capazes de nivelar subalternidades, a crítica deve ser capaz de interseccionar as análises. Por isso, é necessária a conjugação entre ideias e presença, segundo a autora.

Para além do nível institucional, outro grande problema da exclusão política se manifesta na manutenção dos estereótipos que recaem sobre os corpos marginalizados que reafirmam as hierarquias de poder institucionalizadas. Judith Butler (2019) chama de “direito de aparecer” as demandas corpóreas de reivindicação por reconhecimento e valorização das vidas desses corpos, a fim de que estas se tornem mais visíveis. A autora afirma:

Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-nos e estigmatizando-nos como tantos outros destinatários passivos de uma máquina

de cultura. Elas também nos “produzem”, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e, esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las. (BUTLER, 2019. p, 36)

Zélia Amador de Deus (2011), a partir da metáfora do mito de Ananse, aranha que carrega o baú com todas as histórias do mundo, reitera a importância da presença de corpos de mulheres negras em espaços de poder por ser um corpo que fala. Diz-nos que:

Nesse processo de fusões e ressignificações o corpo dos africanos e seus descendentes sempre teve importância muito grande, tanto para ser negado quanto afirmado. Se você quer afirmar a sua negritude o seu corpo está presente, reafirmado. Se você quer negar, é neste mesmo corpo que você tenta subverter e fazer com que se aproxime do corpo branco padrão. Para falar do corpo como marca identitária não se pode perder de vista que o corpo negro porta consigo o baú de histórias de Ananse. É um corpo que sempre terá uma tarefa coletiva, fala por si, mas também fala por uma raça e pela ancestralidade. (DEUS, 2011. p.4)

Sendo assim, Phillips (2001) considera que o problema se dá quando estas se apresentam como formas opostas umas às outras. O equilíbrio é a chave para haver aproximação de uma condição justa. Perseguimos nessa pesquisa o objetivo de compreender quem são as mulheres eleitas e como é possível, a partir de suas trajetórias, observar as dinâmicas de ingresso na carreira política. Esse diagnóstico e suas implicações, observamos na carreira das vereadoras em Belém do Pará ao longo de 20 anos, entre 2000 e 2020.

2. Considerações Metodológicas

Nosso primeiro esforço metodológico foi o de realizar um levantamento, a partir de dados do TSE, das vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Belém. Entre 2000 e 2020, foram eleitas, na capital paraense, 18 mulheres. 66,6 % por três partidos: pelo PT, Psol e MDB. O levantamento dos dados das eleitas aconteceu no mês de abril de 2021, período em que Belém passava por um momento crítico da pandemia da covid-19, estando em bandeiramento vermelho pelo colapso do sistema de saúde. As tentativas de contato com o arquivo da Câmara foram feitas pelo telefone e e-mail disponíveis no site, mas não houve retorno.

O levantamento dos dados dos perfis aconteceu pela internet, a partir de diversas fontes: o site do TSE, com a exploração de estatísticos descritivos a seguir; Redes sociais das vereadoras e ex-vereadoras; Jornais de circulação local (*O Liberal*, *Diário do Pará* e *Amazônia*); Canais em formato de entrevista do *Youtube*, como o canal *Papo no Tucupi* e programa *Argumento*; Perfis do site da Câmara dos Deputados e do Senado federal; Blogs de jornalistas paraenses, principalmente o blog *Espaço Aberto*, *blog da Ivanise*, *Uruá-Tapera* – da jornalista Franssinete Florenzano –; e trabalhos acadêmicos realizados anteriormente, especialmente de Maria Luzia Miranda Álvares e Nilson Almeida de Souza Filho (2016) sobre a composição do governo de Ana Júlia Carepa (PT), primeira e única mulher governadora do Estado do Pará.

A análise das fontes citadas foi feita dando atenção ao marco inicial da trajetória política dessas mulheres eleitas. Como marco inicial, compreendemos ser o que possibilitou as redes de contato intrapartidárias e/ou com bases eleitorais e o que projetou essa vereadora eleita à eleição em primeiro turno. A partir da exploração dos dados qualitativos levantados, enquadrámos, nas categorias analíticas propostas por Moritz (2019), sobre as rotas de ingresso das mulheres na política institucional (capital familiar, capital político e *outsiders*), explicitadas mais diretamente a seguir. A análise qualitativa baseou-se nas premissas da análise documental, de acordo com o explicitado por Cellard (2008), identificando a autenticidade e confiabilidade das informações, a natureza do documento (textual ou vídeo), a relação com o contexto social e político no qual foi construído. De acordo com o autor, neste tipo de análise, “é importante extrair os elementos do texto, compará-los com outros contidos no corpus documental (...) é a leitura repetida que permite, finalmente, tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução admissível e confiável” (CELLARD, 2008, p. 304). Mais detidamente, foi identificado como as atrizes políticas desta pesquisa eram descritas, a partir de fatos e eventos de suas trajetórias, buscando a reiteração de tais informações no conjunto de documentos informados acima.

Como pode ser visto no quadro abaixo¹, sistematizamos informações a respeito do número de votos e das siglas partidárias das mulheres eleitas na capital do Estado do Pará: Quantas vagas na Câmara Municipal de Belém? As mulheres eleitas representam proporcionalmente quantas cadeiras? E as candidatas chegaram a 30% das listas partidárias? A partir de 2009, candidatas receberam fundos e propaganda eleitoral?

Quadro 1: Mulheres eleitas vereadoras em Belém (2000 - 2020)

PARTIDO	CANDIDATA	VOTOS NOMINAIS	SITUAÇÃO	% DE VÁLIDOS	COLIGAÇÃO
ELEIÇÕES ANO 2000					
PT	ANA SUELY MAIA DE OLIVEIRA	4.794	Eleito	0,757	PT / PC do B
PT	REGINA LUCIA BARATA PINHEIRO	7.711	Eleito	1,218	PT / PC do B
PT	MARINOR JORGE BRITO DOS SANTOS	3.976	Eleito	0,628	PT / PC do B
PT	ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA	26.729	Eleito	4,222	PT / PC do B
ELEIÇÕES ANO 2004					
PT	ANA SUELY MAIA DE OLIVEIRA	5.717	Eleito	0,791	PT/ PC do B
PT	MARINOR JORGE BRITO DOS SANTOS	5.602	Eleito	0,775	PT/ PC do B
PMDB	VANESSA CORREA VASCONCELOS	4.007	Eleito por Média	0,554	(Sem coligação)
PMDB	ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO	20.220	Eleito	2,797	(Sem coligação)

¹ Inicialmente, tínhamos o interesse de realizar levantamento desde 1996, ano que passou a valer a Lei de Cotas de 1995. Porém, não foi possível acessar os dados da Câmara Municipal de Belém e, por isso, o recorte temporal da pesquisa foi alterado, em função da indisponibilidade de informações sobre as vereadoras.

ELEIÇÕES ANO 2008					
PDT	MARIA TEREZINHA HANEMANN COIMBRA	6.049	Eleito	0,85	(Sem coligação)
PMDB	VANESSA CORRÊA VASCONCELOS	5.981	Eleito	0,84	(Sem coligação)
ELEIÇÕES ANO 2012					
PSOL	MARINOR JORGE BRITO	21.723	Eleito por QP	2,88	PSTU/ PSOL
PT	IVANISE COELHO GASPARIM	5.839	Eleito por QP	0,77	PT/ PTN
PSOL	MARGARIDA COSTA PARENTE BARROS	5.168	Eleito por QP	0,69	PSTU/ PSOL
PPS	MARIA EDUARDA ROCHA NASCIMENTO	5.100	Eleito por QP	0,68	PPS/DEM/ PV
PCdoB	SANDRA MARIA CAMINHA FONSECA	2.350	Eleito por QP	0,31	(Sem coligação)
ELEIÇÕES ANO 2016					
PSOL	MARINOR JORGE BRITO	13.997	Eleito por QP	1,84%	PSOL/ PPL
PRB	SIMONE CAROLE CAMPELO KAHWAGE DOS SANTOS	9.575	Eleito por QP	1,26%	(Sem coligação)
MDB	BLENDA CECILIA ALVES QUARESMA	5.688	Eleito por média	0,75%	PP/ PMDB/ PROS
ELEIÇÕES ANO 2020					
PSOL	VIVIANE DA COSTA REIS	9.654	Eleito por QP	1,33%	PT/ REDE/ UP/ PCdoB/ PSOL/ PDT
MDB	BLENDA CECÍLIA ALVES QUARESMA	6.210	Eleito por média	0,86%	MDB/ PTB/ PSL/PODEMOS/ PSC/ PL/ DC
PSOL	LÍVIA DUARTE PUTY	5.599	Eleito por QP	0,77%	PT/ REDE/UP/ PCdoB/ PSOL/ PDT
PT	BEATRIZ CAMINHA DOS SANTOS	4.874	Eleito por QP	0,67%	PT/ REDE/UP/ PCdoB/ PSOL/ PDT
PSD	MARIA DAS NEVES OLIVEIRA DA SILVA	3.238	Eleito por QP	0,45%	PSD/ PP
PATRIOTA	SALETE FERREIRA SOUZA	2.976	Eleito por QP	0,41%	(Sem coligação)

Nesse sentido, buscamos operacionalizar uma tentativa de análise documental não baseada em uma única fonte. Os limites dessa coleta se relacionam diretamente com a própria discussão que ancora este trabalho. Oficialmente, há pouca informação nos canais dos tribunais ou casas legislativas.

vas que recontem a história pessoal e profissional de cada uma delas, permitindo, assim, um resgate mais preciso. Entendemos que, sobretudo no âmbito da Câmara de Belém, a não digitalização dessa história ou centralização das informações em uma única servidora se mostra problemática não apenas para fins acadêmicos, mas para fins democráticos mais amplos também.

Divididas e agrupadas nas categorias analíticas que norteiam essa pesquisa, fizemos a investigação das progressões nas carreiras a partir de boletins oficiais pela internet, acompanhamento das redes sociais das vereadoras e/ou entrevistando por mensagens de texto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva para construção dos perfis, a partir da coleta de informações e revisão bibliográfica referente às questões estudadas.

3. Recrutamento de Mulheres para Cargos Eletivos: indicadores quantitativos

Para compreender os perfis das eleitas a seguir, vale lembrar que a eleição de mulheres está diretamente ligada aos processos de recrutamento político-partidário. O recrutamento pode ser (a) Centralizado e Informal, dependendo diretamente da indicação do recrutador; (b) Centralizado Formal, quando os candidatos são selecionados pela chefia nacional ou executiva partidária delegada em estatuto para a função; (c) Localizado Formal, quando existem diretrizes partidárias que padronizam o processo, podendo ser mais justas por serem mais transparentes; e (d) Localizado Informal, quando o eleitorado partidário local determina os procedimentos de seleção (ÁLVARES, 2008).

Visando reduzir os impactos da exclusão política, descentralizar o processo de recrutamento e “forçar” os partidos políticos a lançarem mais candidatas e, assim, hipoteticamente, aumentar o número de eleitas, Marta Suplicy (PT/SP) foi autora do projeto de lei 783/95, acerca de cotas para mulheres nas eleições. Esse projeto visava o preenchimento de 20% das vagas de candidaturas para mulheres dentro dos partidos. Passou a valer para as eleições municipais de 1996. Em 1997, passou a entrar em vigor a lei n.9504, que indicava, ao invés do preenchimento, a reserva de 30% das candidaturas para as mulheres, com um dispositivo transitório de 25% de reserva para as eleições de 1998. Essa mudança na lei gerou brechas para que as candidaturas pudessem ser deixadas em branco. A partir de 2002, o percentual de 30% foi garantido através de reparos na legislação. Em 2009, foi acordado que seriam 30% o mínimo e 70% o máximo para cada candidatura.

Art. 10.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Com a permanência de baixos indicadores de participação política feminina, apesar das cotas, outras variáveis passaram a ser levadas a debate para o aumento da participação. O financiamento de campanhas foi uma delas. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal determinou que 30% do fundo eleitoral deveria ser usado para o financiamento de campanha de mulheres e negros, assim como o tempo de TV.

Na tabela abaixo, é possível perceber, ao longo dos últimos 20 anos, o número e o percentual de candidatas lançadas por partido para a Câmara Municipal de Belém. Mesmo com a lei de cotas, que muitas vezes não é respeitada, e, pelo levantamento documental realizado, não foi noticiado nenhuma represália aos diretórios municipais que não lançaram o percentual mínimo de candidatas.

Tabela 1: Síntese de partidos que obedeceram à legislação de cotas

ELEIÇÃO	TOTAL DE PARTIDOS	TOTAL QUE RESPEITARAM A LEI DE COTAS
2000	24	2
2004	25	5
2008	25	4
2012	27	15
2016	33	17
2020	31	18

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Esta não adequação à legislação que regulamenta os partidos, ao mesmo tempo em que reflete a cultura política entre as mulheres, exerce influência permanente nessa cultura. Os espaços continuam sendo majoritariamente masculinos. Nas tabelas abaixo, destacamos o gradual processo de aumento de participação feminina nas candidaturas para o cargo de vereadora e o sucesso eleitoral delas.

Tabela 2: Quantidade e percentual de candidatos homens e de candidatas mulheres ao cargo de vereador(a) entre 2000-2020

ELEIÇÃO	QUANTIDADE DE CANDIDATOS HOMENS LANÇADOS	% DE HOMENS	QUANTIDADE DE CANDIDATAS MULHERES LANÇADAS	% DE MULHERES	TOTAL
2000	469	85,1	82	14,9	551
2004	469	80	116	20	586
2008	529	81	124	19	653
2012	544	71	222	29	766
2016	574	70,4	241	29,6	815
2020	697	68,8	316	31,2	1013

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

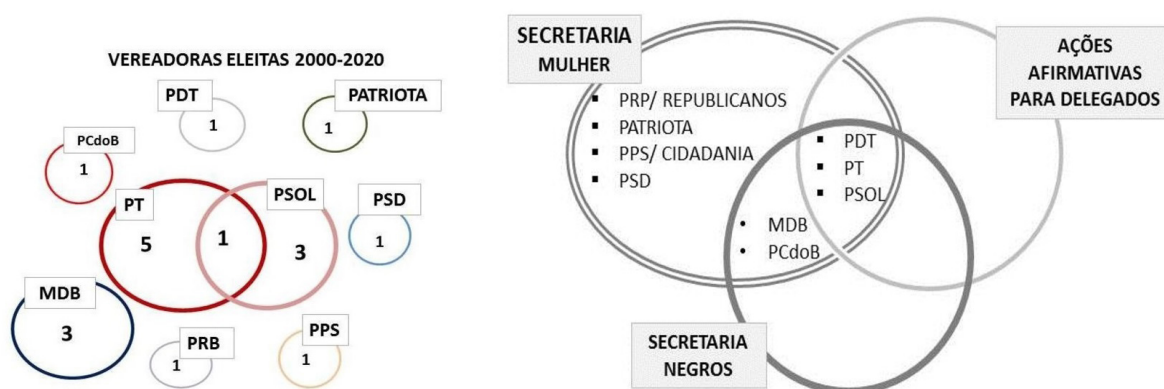
Tabela 3: Quantidade e percentual de vereadores e vereadoras eleitos entre 2000-2020

ELEIÇÃO	VEREADORES HOMENS ELEITOS	% DE HOMENS	VEREADORAS MULHERES ELEITAS	% DE MULHERES	TOTAL
2000	29	87,8	4	12,2	33
2004	31	88,5	4	11,5	35
2008	33	94,3	2	5,7	35
2012	30	85,7	5	14,3	35
2016	32	91,4	3	8,6	35
2020	29	82,8	6	17,2	35

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

Os estudos publicados por Clara Araújo (2004) apontam a importância das políticas internas partidárias para, além da inclusão, o sucesso eleitoral de mulheres. A destinação de recursos financeiros, formação política intrapartidária, recrutamento de possíveis candidatos e filiados, acontece nos congressos dos partidos organizados pelos diretórios nacionais, estaduais e municipais e por meio dos poderes construídos a partir das relações informais. Por todas as questões já levantadas, estes espaços são predominantemente masculinos e brancos e muitas vezes atuam com os filtros do sexismo e do racismo. Uma estratégia formal de contornar essa questão é protocolar, no estatuto do partido, ações afirmativas que garantam diversidade na mesa de delegados do partido, assim, aumentando o nível de democracia intrapartidária. A criação de secretarias destinadas às minorias políticas também são importantes, mas deve-se ter cautela para tirar conclusões sobre participação em espaços decisórios. No esquema abaixo, demonstra-se o levantamento dos partidos que elegeram vereadoras em Belém e seus estatutos vigentes na época em que estas venceram a eleição.

Figura 1: Composição de partidos que elegeram mulheres em Belém e normas estatutárias



Fonte: Dados da pesquisa coletados no TSE.

Os únicos partidos que estabeleceram, em estatuto, ações afirmativas foram PT, Psol e PDT. O Partido dos Trabalhadores, desde 2001, informa a garantia de 30% de mulheres nas direções e, desde 2014, instituiu a paridade de gênero e destinação dos recursos do fundo partidário para

4. Análise dos Perfis das Eleitas: indicadores qualitativos

A partir do levantamento qualitativo realizado, observamos que 61% das vereadoras eleitas construíram suas carreiras políticas em movimentos sociais, o que se torna um dado importante quando boa parte das eleitas é filiada a partidos de esquerda. Os dados também apontam que 16,6% têm familiares dentro da política, e as outras 22,2% podem ser consideradas *outsiders*. Neste período, houveram 5 reeleições, duas vezes da ex-vereadora Marinor Brito e uma vez de Sandra Batista, Ana Suely, Vanessa Vasconcelos e Blenda Quaresma. A maioria entrou na Câmara Municipal de Belém entre 30-40 anos de idade, são mães, casadas, com ensino superior completo e nascidas em Belém do Pará. Estas categorias analíticas são apenas uma base para se pensar as rotas de ingresso e de ambição política, mas que não são suficientes para explicar a complexidade das trajetórias femininas.

Quadro 2: Síntese dos perfis traçados pela pesquisa

Naturalidade	83,3% das mulheres são de Belém
Raça/cor	<ul style="list-style-type: none">• 44,4% se declaram como brancas• 33,3% se declaram como pardas• 22,2% se declaram como pretas
Partido e mudança partidária	50% permanecem no mesmo partido.
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none">• 77,7% possuem ensino superior completo• 22,2% possuem ensino médio completo
Maternidade	77,77% foram eleitas mães
Estado civil	<ul style="list-style-type: none">• 61,1% casadas• 22,2% solteiras• 11,1% divorciadas• 5,5% viúvas
Média de idade	<ul style="list-style-type: none">• 55,5% se elegeram com 30-40 anos• 16,6% se elegeram com 40-50 anos• 16,6% se elegeram com 50-60 anos• 11,1% se elegeram com 20-30 anos
Capital político familiar prévio 16,6%	<ul style="list-style-type: none">• Blenda Quaresma• Elcione Barbalho• Sandra Batista

<p>Militância em movimentos sociais 61%</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos de direita; • Partidários; • Sindicais; • Bairros; • Estudantil; • Igrejas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ana Júlia • Bia Caminha • Dona Neves <ul style="list-style-type: none"> • Ivanise • Lívia Duarte • Marinor Brito • Pastora Salete • Regina Barata • Simone Kahwage • Suely Oliveira <ul style="list-style-type: none"> • Vivi Reis
<p>Outsider 22%</p> <ul style="list-style-type: none"> • Destaque no mercado de trabalho • Capital Midiático 	<ul style="list-style-type: none"> • Eduarda Louchard <ul style="list-style-type: none"> • Meg Barros • Teresa Coimbra • Capitã Vanessa

Fonte: Dados da Pesquisa.

Diferentes estudos (ÁLVARES, 2014; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015; MIGUEL e QUEIROZ, 2015) demonstraram a importância do capital político familiar no sucesso e progressão de carreiras políticas dentro dos partidos e nos processos eleitorais, não apenas em carreiras femininas, mas com maior impacto nas delas. Na construção dos perfis das eleitas em Belém, observa-se maior concentração de mulheres com capital político oriundo do ativismo, em diferentes nuances.

A partir da análise dos dados qualitativos que levantamos, nos deparamos com interessantes percentuais quantitativos para explorar o cenário local de lideranças femininas. Sendo estes a maior progressão e reeleição de mulheres de esquerda e com capital militante e familiar. E a baixa taxa de fidelidade partidária de 50% também chama a atenção.

Algumas vereadoras com votações expressivas, quando cruzamos os dados, notamos a forte atuação em ações sociais mesmo que com capital familiar, como é o caso da vereadora Blenda Quarresma e da atual deputada federal Elcione Barbalho. Estas desenvolveram ações sociais juntamente aos familiares que já estavam em cargos eletivos de deputado estadual e governador respectivamente. A ex-vereadora Sandra Batista, apesar de não ter alta votação para vereadora, conseguiu se eleger para deputada estadual e também foi vice-prefeita do município de Ananindeua.

Com capital militante, somando 61% do nosso levantamento, iremos analisar somente as eleitas antes de 2020 por entendermos que ainda é cedo avaliar a carreira ou progressão destas em um primeiro mandato. Ana Júlia, Regina Barata, Suely Oliveira, Ivanise Gasparim e Marinor Brito conseguiram se eleger para outros cargos eletivos e/ou assumiram secretarias em outros mandatos de cargo executivo. A única de capital militante, nesse caso, em movimentos pró-impeachment da ex-presidenta Dilma, que não conseguiu a reeleição e não assumiu nenhum outro cargo público, foi a ex-vereadora Simone Kahwage. Assim, podemos afirmar que, em Belém, mulheres em movimentos militantes de esquerda tendem a ter mais continuidade na carreira política.

Vanessa Vasconcelos, que se apresentava na urna como Capitã Vanessa, foi eleita em 2004 e é a única outsider que conseguiu se reeleger para vereadora em 2008 e também a única que continuou no mesmo partido político. As ex-vereadoras e que consideramos, nessa pesquisa, como *outsiders* são Teresa Coimbra (Maria Teresinha Hanemann Coimbra), Meg Barros (Margarida Costa Barros) e Eduarda Lochard (Maria Eduarda Rocha nascimento), com votações consideráveis nas suas primeiras eleições, mas que não conseguiram se reeleger para o cargo na eleição seguinte aos mandatos conquistados. Consideramos que seja um dado importante a ser explorado em pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou compreender o perfil das eleitas ao legislativo belenense nos últimos 20 anos. A partir de dados do TSE, mostramos que 18 mulheres venceram o pleito na capital do Pará entre 2000 e 2020, com proeminência das legendas do PT, PSOL e MDB. O total de candidatas do mesmo período foi de 1101.

No tangente ao perfil, de acordo com o indicado em Moritz (2019), as vereadoras estão majoritariamente vinculadas a uma trajetória prévia de ativismo, em diferentes espaços de ação coletiva, de forma diferente do que boa parte da literatura nacional documenta, a respeito do ingresso mais comum via capital familiar.

Nesse sentido, em pesquisas futuras, entendemos ser relevante discutir os variados tipos de ativismos. Há, entre as eleitas, uma atuação forte em assistência social e/ou defesa de categoria não atrelada a movimentos sociais e sindicais, a exemplo da presença em ações de campanha de outros políticos já consolidados no cenário local, como as manifestações pró-impeachment da presidenta Dilma. O trabalho de Babireski e colegas (2020) discute importante questão da forte atuação de “novos” movimentos sociais de ideologia de direita, como setores de igrejas cristãs e em trabalhos de assistência social.

A partir da pesquisa, entendemos que outro aspecto a ser destacado é referente à relação entre a democracia interna partidária versus o quantitativo de mulheres eleitas. Os partidos que, em estatuto, estabelecem mesas de delegados mais diversas, não apenas elegeram mais mulheres, mas o investimento em suas campanhas eleitorais foi significativamente maior que os que não estabeleceram normas de democracia interna.

Outra questão a ser levantada se dá no âmbito da transparência da Câmara Municipal de Belém. A dificuldade de levantar os dados para traçar os perfis das mulheres eleitas foi muito grande e não condizente com um país que possui leis que garantem a transparência dos dados legislativos para a população em geral. Na época da pesquisa, fomos informadas acerca da centralização dos dados do arquivo em uma única funcionária e a exigência de ser protocolado um ofício para acessar dados legislativos que deveriam estar digitalizados.

Os projetos de lei apresentados só passaram a ser digitalizados no site da Câmara Municipal de Belém em 2015 e de forma pouco organizada. Os projetos de lei no portal da transparência sequer são assinados pelos vereadores que os apresentaram. A análise destes é fundamental para se traçar um perfil de mandato, visto que apenas a posição partidária é insuficiente. Por fim, a dificuldade de acesso dos dados dos vereadores eleitos por parte dos veículos oficiais do município é ainda mais prejudicial para as mulheres eleitas por, muitas vezes, terem suas ações parlamentares ignoradas.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulher (es), história (s) e poder (es): versões da política. 18 REDOR, 2015.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados*, 51, 4, 2008; p. 895-939.
- AMADOR DE DEUS, Zélia. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.
- ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. *Revista de sociologia e política* 21.46 (2013): 69-91.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política* 24 (2005): 193-215.
- BABIRESKI, Flávia Roberta et. al. As Mulheres Na Direita: Perfil das Deputadas Federais de Direita no Brasil. *I Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP)*. 2020.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. SP: Editora Civilização Brasileira, 2019.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas* 18.3 (2010): 653-679.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas* 14.2 (2006): 363-385.
- MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados* 58.3 (2015): 721-747.
- MORITZ, Maria Lúcia. As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996–2016). *Revista Gênero na Amazônia* (2019): 33-48.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas* 9.1 (2001): 268-290.
- PINHEIRO, Thais Oliveira; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. A trajetória política de Ana Júlia Carepa: a primeira governadora do estado do Pará." *Encontro nacional da rede feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisas sobre mulher e relações de gênero* 17º. (2012)
- PINTO, Celi. *Uma história do feminismo no Brasil*. SP: Perseu Abramo, 2003.



SACCHET, Teresa; Bruno Wilhelm SPECK. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública* 18.1 (2012): 177-197.

SOUSA FILHO, Nilson Almeida; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Composição de Governo e Convivência Partidária: Análise Organizativa e Resultado Eleitoral No Pará 2007-2010. *10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Ciência Política e a Política: Memória e Futuro*, 2016.

